



## Revista Brasileira de CIÊNCIAS DO ESPORTE

[www.rbceonline.org.br](http://www.rbceonline.org.br)



### ARTIGO ORIGINAL

## A busca de um método de ensino para a educação física sul-rio-grandense<sup>☆</sup>

Vanessa Bellani Lyra<sup>a,b</sup>, Tuany Defaveri Begossi<sup>a,\*</sup> e Janice Zarpellon Mazo<sup>a</sup>

<sup>a</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid), Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (Nehme), Porto Alegre, RS, Brasil

<sup>b</sup> Universidade de Caxias do Sul, Núcleo de Pesquisa Ciências e Artes do Movimento Humano, Caxias do Sul, RS, Brasil

Recebido em 16 de maio de 2016; aceito em 27 de junho de 2018

#### PALAVRAS-CHAVE

História da educação física;  
História da educação;  
Formação de professores;  
Método de ensino;  
Ginástica

#### KEYWORDS

History of physical education;  
History of education;  
Teacher training;  
Teaching method;  
Gymnastics

**Resumo** O artigo centrou-se na investigação das ideias pedagógicas que se fizeram circulantes no âmbito da Escola Superior de Educação Física (ESEF), quando de sua criação, em 1940, reconstruindo os principais esforços de legitimação de um método de ensino unificado para a educação física sul-rio-grandense. Perante uma perspectiva sócio-histórica de análise, a interpretação das fontes consultadas identificou a pretensa uniformidade didática que a instituição deflagrava para o ensino da educação física no estado do Rio Grande do Sul e, em outro sentido, revelou a pluralidade de ideias e métodos circulantes na prática de suas rotinas de ensino.

© 2018 Publicado por Elsevier Editora Ltda. em nome de Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Este é um artigo Open Access sob uma licença CC BY-NC-ND (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

#### The search for a teaching method for Physical Education in Rio Grande do Sul

**Abstract** The paper focused on the research of pedagogical ideas that made current within the ESEF, when its creation in 1940, (re) rebuilding the main legitimization efforts of a unified teaching method for physical education in Rio Grande do Sul. In front of a socio-historical perspective of analysis and interpretation of analyzed sources it was identified the Institution alleged didactic uniformity in the teaching of Physical Education in the Brazilian State of Rio Grande do Sul and in another sense, it was revealed the plurality of ideas and methods in its practice and teaching routines.

© 2018 Published by Elsevier Editora Ltda. on behalf of Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. This is an open access article under the CC BY-NC-ND license (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

<sup>☆</sup> O presente trabalho não contou com apoio financeiro.

\* Autor para correspondência.

E-mail: [tuany\\_begossi@hotmail.com](mailto:tuany_begossi@hotmail.com) (T.D. Begossi).

<https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.06.005>

0101-3289/© 2018 Publicado por Elsevier Editora Ltda. em nome de Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Este é um artigo Open Access sob uma licença CC BY-NC-ND (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

**PALABRAS CLAVE**

Historia de la educación física;  
Historia de la educación;  
Formación del profesorado;  
Método didáctico;  
Gimnasia

**La búsqueda de un método didáctico para la educación física en Rio Grande do Sul**

**Resumen** El artículo se centra en la investigación sobre las ideas pedagógicas que se hicieron operativas en la ESEF en el momento de su creación en 1940, (re)construyendo los principales esfuerzos de legitimación de un método didáctico unificado para la educación física en Rio Grande do Sul. Ante una perspectiva sociohistórica de análisis, la interpretación de las fuentes consultadas ha identificado la supuesta uniformidad didáctica que la institución puso en marcha para la enseñanza de la educación física en Rio Grande do Sul y, en otro sentido, se ha puesto de manifiesto la pluralidad de ideas y métodos en la práctica actual de sus rutinas de enseñanza. © 2018 Publicado por Elsevier Editora Ltda. en nombre de Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Este es un artículo Open Access bajo la licencia CC BY-NC-ND (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

**Introdução**

A Escola Superior de Educação Física (ESEF) foi a primeira instituição criada no estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade de especializar professoras(es) para a atuação profissional. Por ser a única a desempenhar tal função durante 30 anos (1940-1970), a referida instituição recebeu lugar de destaque nesta pesquisa, na medida em que é compreendida como condição de possibilidade para a construção do campo da educação física (EF), no Rio Grande do Sul (RS). Nesse sentido, o objetivo geral do estudo foi investigar as ideias pedagógicas que se fizeram circulantes no âmbito da ESEF, quando de sua criação, em 1940, e reconstruir os principais esforços de legitimação de um método de ensino para a EF sul-rio-grandense.

Em busca da compreensão da realidade histórica eleita, este estudo foi construído a partir do marco teórico de Bourdieu (1983) e seu conceito de campo, com o qual nos fez tencionar a realidade da ESEF no cenário sul-rio-grandense, na medida em que a posicionamos em meio a um contexto sociocultural do qual se fez, ao mesmo tempo, produtora e produto. A pesquisa está assentada na análise de documentos escritos e orais, os quais foram concebidos enquanto materiais históricos, portadores de mensagens, sentidos e finalidades particulares ao seu contexto. As fontes orais foram interpretadas a partir das recomendações de Alberti (2004) e os documentos submetidos à técnica da análise documental (Pimentel, 2001).

Este estudo localiza-se na tradição da historiografia da educação, aqui entendida como um campo de estudo que objetiva analisar o que se refere ao tempo e ao espaço educacionais. Em termos teórico-metodológicos usados no campo da história da educação, esta pesquisa se aloca dentre aquelas que se propõem a investigar a história de instituições escolares. De acordo com Werle (2004, p. 14), a história das instituições escolares “é uma tentativa de enunciar, de elaborar um discurso, uma interpretação à qual se daria um estatuto privilegiado vinculado, o mais possível, a diferentes momentos ou fases da instituição e seu contexto”.

Diante desses pressupostos, as fontes históricas interpretadas nos permitiram reunir as informações coletadas em dois tópicos: o primeiro, intitulado “Um pensamento militar para um meio civil”, no qual são abordadas as influências educacionais de base militar, que formaram as estruturas

conceituais e de funcionamento, sobretudo na fase inicial da ESEF, e o segundo, “As particularidades de um método nacional no Rio Grande do Sul”, no qual foram identificadas as principais correspondências e adaptações encontradas entre a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, do Rio de Janeiro (ENEFD) e a ESEF.

**Um pensamento militar para um meio civil**

Na esteira do processo de “circulação de modelos” advindos do Rio de Janeiro, que pareciam estar em voga na formação profissional que despontava no Brasil, o quadro que se desenhava na instituição do RS era muito próximo daquele que caracterizava as demais escolas superiores criadas no país. Com algumas particularidades regionais que as tornavam diferentes entre si, uma característica permaneceu como traço convergente entre elas: a presença maciça de militares no corpo docente e administrativo. No artigo de Mazo (2005) há indícios sobre a hegemonia de professores militares no corpo docente, sobretudo nos primeiros anos de estabelecimento da ESEF<sup>1</sup>. Presentes nas disciplinas mais diversas, os professores militares dividiam o espaço com os médicos – quando esses não acumulavam as duas formações – e, também, com poucas(os) professoras(es) de EF.

Ao longo da década de 1960, a primazia de médicos e militares no corpo docente da ESEF começou a dar sinais de esgotamento, acentuando-se a partir de 1969, com o processo de federalização da instituição<sup>2</sup>. A ESEF se constituiu, desse modo, como uma instituição formadora de professores de EF para o meio civil, mas conduzida, eminentemente, por militares. Isso representou para a instituição muito mais do que a simples presença de professores fardados ou a execução de evoluções cívicas. Ser construída tendo por

<sup>1</sup> Para essa e demais produções acadêmicas do Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (NEHME) da ESEF/UFRGS, acessar o endereço eletrônico <https://www.facebook.com/NEHME.RS/>

<sup>2</sup> Foi possível notar a substituição do primeiro grupo de professores por outro, proveniente do meio civil. Ademais, na transição das décadas de 1960 para 1970 registrou-se o ingresso de professoras com experiência de trabalho na EF escolar, visto que a ESEF, filiada à instância estadual, pôde receber professores de EF que atuavam nas escolas regulares do estado.

base um alicerce militar trouxe à ESEF uma forma particular de funcionamento e, ao mesmo tempo, uma missão: sublinhar as características militares na formação de professores civis.

É um teor disciplinar e pouco afeito a negociações que encontramos no depoimento do ex-aluno Arno Black (2005, p. 6): “O professor dava a matéria e os alunos tinham que repetir, sem pensar”. Da mesma forma, o rigor com que eram cobrados os horários, os uniformes e as posturas é elemento recorrente na fala de nossas(os) entrevistadas(os). “Fundamental era a rigidez”, afirma Tagliari (2010, p. 3), ao rememorar a ocasião de uma punição que recebera do diretor Olavo Amaro da Silveira, por atravessar os Campos da Redenção (atual Parque Farroupilha) com o uniforme das aulas práticas. Ela lembrou que, naquele momento, era inadequado para uma mulher caminhar pela rua com o calção da ESEF, pois deixava suas pernas muito “à mostra”.

Ao que consta nos depoimentos mencionados, o uniforme representou um elemento educativo usado nas rotinas da ESEF, a ponto de marcar a memória dos sujeitos. O uso, sobretudo, nas aulas práticas, além de ser defendido pela adequação do corpo às movimentações propostas, parece ter operado como comando de controle e autoridade, dos quais fizeram uso professores e diretores. Assim, se vestir os uniformes representava uma regra da ESEF imposta e sustentada por sua estrutura regimental, não usá-lo significava transgredir e desrespeitar o funcionamento de todo um pensamento, que encontrava justamente na obediência, os pilares de sua sustentação (Lyra, 2013).

Identificados por números e letras, assim como nos quartéis militares, os uniformes participavam da formação profissional, acentuando-a em características como disciplina, trabalho e ideia de unidade do grupo. Se poucos registros cotidianos foram encontrados sobre os uniformes masculinos, cabe ainda ressaltar que as vestimentas usadas pelas mulheres não pareceram ter a intenção de querer apagar as características corporais femininas, como a demarcação da cintura ou as pernas à mostra. Antes disso, os uniformes comportaram-se às alunas, como que a moldura de uma tela: imprimiam forma, identidade e sustentação ao corpo.

É desse contexto militarizado que emergiu o sustento para as definições dos modos de se pensar e se fazer a EF dentro da ESEF. Como anteriormente citamos, a presença maciça de professores militares no corpo docente trazendo consigo uma expressão particular às formações que a instituição oferecia e que lhes imprimiu, entre outras, a rígida marca da disciplina. Assim, recorrentemente, as memórias das(os) ex-alunas(os) da ESEF remontam esse quadro de funcionamento como algo muito marcante, deflagrando um processo educacional que se pretendia estabelecido pela regularidade de suas rotinas.

Outra forte característica da forma militarizada de se pensar a EF dentro da ESEF pode ser pontuada no formato adotado para os exames de seleção das(os) alunas(os). Avaliados em provas teóricas e físicas, as(os) candidatas(os) eram submetidos ao “crivo” de uma banca de professores na sua maioria formada por militares (Departamento Estadual de Educação Física, 1940, p. 1). Se as provas teóricas eram consideradas difíceis, as provas físicas eram, por sua vez, ansiosamente temidas. Camargo (2005), então professor da ESEF, nos dá a conhecer o seu ponto de vista sobre os níveis

de exigência que o momento impunha às(aos) alunas(os), quando das provas práticas de natação. Segundo ele, em um contexto militarizado fazia circular a certeza de selecionar e qualificar os alunos segundo suas qualidades físicas: “quem não cruzasse aquela piscina de 25 metros em 30 segundos não seria aprovado” (Camargo Netto, 2005, p. 5).

Evidenciar as rotinas que guiavam a ESEF durante seus primeiros anos de existência foi uma das tentativas de esmiuçar o que parecia óbvio, permitindo a compreensão de alguns dos contornos pedagógicos impressos pelos militares à formação especializada. A escuta constante dos debates educacionais mais amplos que atravessavam o campo da EF no cenário nacional e as fontes históricas analisadas trouxeram à tona uma proximidade muito grande entre os militares da ESEF e aqueles que dirigiam a ENEFD. Nesse contexto inicial, entre as discussões pedagógicas em voga, uma se destacava: a definição de um “método” para o ensino da EF, temática que passaremos a tratar no tópico que segue.

### As particularidades de um método nacional no Rio Grande Do Sul

Definir um método, no contexto apresentado no tópico anterior, avocava uma importância que parecia ser maior do que a simples escolha dessa ou daquela forma de ensinar. A escolha de um método significava assumir uma identidade. Assim, em um movimento constante de negociações e renegociações, os debates nacionais giravam em torno dessa problemática, apropriando-se, para tal, das verdades defendidas pelos discursos que coexistiam no campo. A defesa final era a construção de um método brasileiro ou nacional. No entanto, assumir uma posição trazia consigo um duplo movimento identitário: ao mesmo tempo em que se afirmava o que se é, negava-se todo o seu complemento, ou seja, aquilo que não se é.

O discurso sobre o “método oficial” de EF adotado no Brasil, nos primeiros anos da década de 1940, sustentava a ginástica francesa como regime de verdade, negando qualquer afinidade com os demais modelos que circulavam no campo. Esse discurso amparava-se em normativas legais vigentes na época: o Decreto n.º 14.784, de 1.º de abril de 1921, que determinava a ginástica francesa o método oficial a ser desenvolvido nas escolas (Marinho, 1956; Goellner, 1992), e o “Regulamento n.º 7 de Educação Física”, que a tornava obrigatória, a partir de 1931, em todo o território nacional (Regulamento n.º 7 de Educação Física, 1934). Ao reforçar a oficialidade da ginástica francesa, de outra forma negava-se o método que até então tinha maior prevalência nos estabelecimentos de ensino do país, a saber: a ginástica alemã<sup>3</sup>.

Embalada pela campanha de nacionalização que atravessava o país no período, alentada nos estados do sul, a ideia de construção de um método brasileiro parecia se distanciar de qualquer similitude com os modos de se pensar disseminados por modelos estrangeiros, entre eles a ginástica alemã. A despeito do reconhecimento dos benefícios à saúde e a inserção do esporte como conteúdo nas aulas, o

<sup>3</sup> A partir de 1907, instituições de ensino, paulatinamente iniciaram o processo de deserção do método alemão.

valor pedagógico da ginástica alemã era considerado duvidoso, sendo apontado como um dos elementos constituintes do processo de educação moral da juventude nazista, na Alemanha. É possível que, entre os motivos, fosse estabelecida essa desconfiança porque, no Brasil, havia a *Deutscher Brasilianischer Jugendring* (DBJ), conhecida como União da Juventude Teuto-Brasileira (JTB), em cinco estados, a saber: Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (Cantarino Filho, 1989).

A JTB congregava meninos e meninas brasileiros(as), filhos(as) de imigrantes alemães, ou seja, teuto-brasileiros, os quais eram chamados pelo governo, na época, de "nativistas". Esses eram reunidos em corporações locais, divididas em grupos para a realização de práticas (Termo de Declaração da Delegacia de Ordem Política e Social [Dops], de 05/08/1937 apud Pimentel, 1945, p. 349). Tais atividades eram apontadas como "meios eficazes de educação" e compreendiam educação teórica, com ensino da música e de cantos em geral, atletismo, acampamentos e *raids* [extensas caminhadas a pé]. Os acampamentos e as extensas caminhadas, por sua vez, tinham como finalidade conhecer os lugares e a natureza (Pimentel, 1945, p. 350).

A despeito das práticas mencionadas acima, a JTB foi proibida de manter as atividades no Rio Grande do Sul em setembro de 1938, devido à acusação de ser uma organização nazista, filiada à Juventude Hitlerista, na Alemanha<sup>4</sup>. Mesmo com o impedimento, se manteve clandestinamente em funcionamento, pois todos os associados migraram para Sociedade de Physicultura, uma entidade fundada em 1894, com o nome original de *Naturheilverein* (Sociedade para Cura Naturalista) (Pimentel, 1945, p. 317). Todavia, de acordo com Pimentel (1945, p. 308), "essa circunstância gerou desconfiança por arte das autoridades, que apreenderam as fichas de inscrição dos membros da JTB, na Sociedade de Physicultura".

As autoridades da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) delataram que a Sociedade de Physicultura de Porto Alegre: "outro fim não tinha senão o de continuar reunindo todos os seus elementos em torno da mesma ideia e do mesmo pensamento". Desse modo, o movimento foi enfraquecido à força e substituído pelas "organizações de escotismo"<sup>5</sup>, eminentemente nacionais, cujo escopo principal era a educação cívica do jovem" (Pimentel, 1945, p. 323). Em face de tal conjuntura e, com o intuito de informar às(aos) demais professoras(es) do Brasil as posições adotadas, as(os) docentes da ENEFD traduziam para a língua portuguesa estudos de cunho crítico sobre o método alemão, advindos de outras partes do mundo<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> Um dos motivos dizia respeito à bandeira da entidade, cujo símbolo representava um antigo emblema dos alemães e significava "vitória". Todavia, por meio de fotografias fora igualada a uma bandeira de um comício, da Juventude Hitlerista, em Berlim (Pimentel, 1945, p. 353). Outro pretexto foi a saudação usada entre os membros: "A mais usual era a expressão *Heil*, mas, que, às vezes, era acrescida ainda da palavra Hitler, ou seja, *Heil Hitler*" (Pimentel, 1945, p. 377).

<sup>5</sup> Como forma de ilustrar como os grupos de escoteiros incorporaram as práticas promovidas pela JTB, destaca-se o estudo de Ramos (1937).

<sup>6</sup> Um exemplo é o artigo do professor Ernest Loisel, o qual foi traduzido, interpretado e divulgado no Brasil pelos capitães Jair

Destarte, se estudos já se dedicaram a percorrer a inserção da ginástica francesa no Brasil, apontando-a como método oficial desde a década de 1920, o caso do RS merece uma atenção especial, justamente pela demanda de imigrantes alemães instalados nessa região. De outro modo, é necessário lembrarmos que a oficialização da ginástica francesa, embora muito influente no meio civil, foi direcionada ao Centro Militar de EF, que em 1933 veio a transformar-se em Escola de EF do Exército (Esefex). Prova disso é que o documento da oficialização – Decreto n°. 21.324 de 27 de abril de 1932 – foi assinado somente pelo presidente Getúlio Vargas e pelo então Ministro da Guerra, José Fernandes Leite de Castro, fomentando a interpretação de que o referido método não teria sido oficializado, de fato, pelo Ministério da Educação (Brasil, 1932).

As informações aludidas acima nos levam a ponderar que, ao menos nos momentos anteriores à chegada da ESEF, as pessoas que puderam ter contato com a ginástica francesa e a divulgaram nas escolas do RS foram os próprios militares e os professores civis que, porventura, tenham frequentado a Esefex. Se o primeiro grupo apontado já era restrito e o segundo era praticamente inexistente, emerge a indagação de quem compunha a quase totalidade do quadro de professoras(es) que atuavam com a EF no estado. O enredo de nossa leitura histórica nos conduz à seguinte resposta: eram as professoras normalistas que se destacavam nesse contexto, em razão da afinidade com a prática pedagógica e por terem recebido na própria Escola Normal uma ínfima instrução sobre como trabalhar com os conteúdos da EF, via ginástica sueca.

Por outro lado, os estudos de Tesche (1996, 2008) acerca do *Turnen* destacam a ocorrência da prática da EF nas escolas há muito tempo, pela iniciativa dos imigrantes alemães e seus descendentes. Se esse fato pôde ser identificado nas escolas teuto-brasileiras, nas quais, segundo o autor (1996, 2008), a maioria dos professores eram os mesmos que atuavam nas sociedades de ginástica do estado, uma significativa influência da ginástica alemã nas escolas oficiais também foi assinalada. Entre outras ações, a vinda do professor Georg Black ao Brasil, no princípio do século XX, marcou o início das aulas de EF para muitas escolas de Porto Alegre e cidades vizinhas, como São Leopoldo (Lyra, Mazo, 2010).

Para além de suas contribuições iniciais, os ensinamentos do professor Georg Black continuaram a influenciar a EF sul-rio-grandense nas pessoas de seus descendentes: seu filho, Karl Black e seu neto, Arno Black. Ambos, mais tarde, vieram a integrar o corpo docente da ESEF, em 1941 e 1967, respectivamente. Em depoimento, Arno Black (2018) destaca que seu avô, Georg Black, obteve formação junto ao exército alemão e que, após, veio ao Brasil como imigrante. Logo, seu pai (Karl Black) foi à Alemanha para estudar no Instituto de Ginástica de Munique e, após, atuou como professor na ESEF. Arno Black, por sua vez, relata que fez sua formação na ESEF, mas que, ainda enquanto aluno da instituição, "no ano de 1965, fiz um curso na Alemanha e trouxe ideias para cá"

Jordão Ramos, Álvaro Lúcio Areias e professor Santos Rocha, em 1942 (Ramos et al., 1942). Outro exemplo é o texto intitulado "A flexibilidade e a impulsão na moderna ginástica alemã", publicado na Revista de Educação Física do Exército, de 1933 (Ramos, 1933, s/p).

(Black, 2005, p. 7). Diante desses indícios, podemos pensar na ESEF enquanto um ambiente no qual a ginástica alemã, provavelmente, se fez presente por meio do intercâmbio de ideias, trazidas por professores que obtiveram sua formação acadêmica na Alemanha<sup>7</sup>.

Outra influência metodológica que se constituía no estado, paralelamente à oficialidade da ginástica francesa, era trazida pelos usos da ginástica sueca no sistema educacional. Para tal entendimento é imprescindível reconhecermos a presença do professor Frederico Guilherme Gaelzer na construção de um pensamento sistematizado para a EF e, principalmente, para a formação de professoras(es) especializadas(os). Tendo erigido a sua carreira em países como Alemanha, Suécia, Estados Unidos, México e Uruguai, o professor Gaelzer retornou ao Brasil em meados da década de 1920, trazendo consigo novas formas de pensar a EF e seus métodos de ensino. Assim, se de um lado o referido professor pode ter sua influência reconhecida no desenvolvimento dos esportes nos clubes e praças públicas da cidade de Porto Alegre<sup>8</sup>, de outro foi um grande incentivador dos exercícios calistênicos para as práticas de EF nas escolas, aos quais compreendia como uma modernização da ginástica sueca.

Nesse cenário, no qual coexistiam formas diferentes de se praticar os exercícios físicos nas escolas do Rio Grande do Sul, despontou uma normativa ministerial, a Portaria n.º. 70, de 30 de junho de 1931, que sugestionou de forma indireta uma ligação das práticas escolares de EF à ginástica francesa (Brasil, 1931). Essa observação, que pode ser encontrada nas Instruções e Programas de EF anexos à referida portaria, diz respeito à necessidade de distribuição dos alunos naqueles que ficaram conhecidos por “grupamentos homogêneos”. Uma análise de tal portaria nos fez concluir que nenhuma outra menção à ginástica francesa foi feita, à exceção dessa, que se dirigia de forma não obrigatória ao “Regulamento n.º. 7 de Educação física”, ou seja, ao documento que trazia a tradução do método francês ao Brasil e que fora, como vimos, oficializado para o uso nas instituições militares, ainda em 1932.

Assim, é possível afirmar que tanto no contexto nacional quanto no estadual não havia leis que obrigassem a adoção do referido método como aquele que nortearia as práticas de EF nas escolas e nos cursos de formação que começavam a se estruturar em todo o país. No entanto, é no Centro Militar de EF, posteriormente Esefex, que se formaram os instrutores militares e os professores civis que, anos depois, seriam os responsáveis pela orientação da EF nas escolas primárias e secundárias e, também, pela criação das instituições de ensino superior (escolas superiores). Nesse movimento, como afirma o professor Jacintho Targa em estudo realizado sobre a questão do método a ser assumido pela ESEF, “como eles [os professores com orientações militares] haviam assimilado a doutrina francesa, é natural

que os mesmos procurassem difundir-la” (Targa, 1946 *apud* Martini et al., 2010, p. 59).

Diante desse quadro de influências que coexistiam no pensamento sobre a EF no RS, surge a ESEF para, a exemplo da ENEFD, orientar e unificar a formação de professores(as) no estado. Ao analisarmos os quadros docentes e diretivos da ESEF, durante os 30 primeiros anos de existência, podemos afirmar que a orientação principal tendeu ao modelo francês, desenvolvido no meio militar, de onde a maioria do quadro da ESEF era proveniente. Além disso, a ESEF deveria se espelhar no modelo adotado pela ENEFD e irradiar no estado, ao menos oficialmente, seus pilares metodológicos, os quais preconizavam a doutrina francesa.

O impasse entre o que se pretendia oficial e aquilo que, de fato, ocorria nas rotinas pedagógicas da ESEF refletia uma situação de indefinição mais ampla, que atravessava o cenário nacional da EF. Tal situação, que contrariava as aspirações desenvolvimentistas do momento, criou a necessidade de se definir o que realmente caberia ao contexto brasileiro e, ao mesmo tempo, o que dele deveria ser banido. Assim, da ampliação de conteúdos surge, com o “ecletismo”, a organização de dois grupos distintos de saberes: um principal, relativo à ginástica, que assume o título de “Sessão de Ginástica Metodizada”, e um secundário, direcionado entre outros conteúdos aos esportes, intitulado “Sessão Especial de Esportes”.

Em linhas gerais, a sessão de ginástica metodizada estava prevista para os ciclos secundário e superior (alunos adultos) e seria organizada em quatro partes distintas e complementares. Tais partes eram as seguintes: a primeira, relativa ao aquecimento, correção e disciplina (afeitos à ginástica sueca); a segunda, composta por exercícios de efeito localizados ou analíticos como flexões (herdados da ginástica francesa); a terceira, na qual se encontrariam os exercícios utilitários de efeitos gerais e, por fim, uma parte destinada ao que se chamou “volta à calma” (Lira, 1945).

No entanto, foi no que tange à organização dos esportes como conteúdo a ser abordado nas aulas de EF nas escolas que o novo “método” permitiu o debate com autênticas inovações. Isso não quer dizer, contudo, que os esportes fossem conteúdos desconhecidos da EF, nem tampouco que fossem totalmente ausentes do âmbito escolar. O que se pretendia, a partir da nova sistematização, era dar maior visibilidade a esse conteúdo no rol dos saberes e tratá-lo a partir de novos arranjos como elemento educativo nas aulas. Nesse passo, a maneira de conduzir o “novo conteúdo” aparece nas falas de entrevistadas(os) que nos aproximamos com outra denominação, referenciando uma metodologia referenciando uma metodologia que lhes guarda muitas semelhanças, a saber, a “Educação Física Desportiva Generalizada”.

Foi possível percebermos, a partir das entrevistas, que o aspecto pedagógico desse último método era enaltecido, característica que o contrapunha a aqueles até então em voga. Ao ocupar um maior espaço nas memórias dos que frequentaram a ESEF, os esportes, por meio dos jogos pré-esportivos, despontaram como um conteúdo privilegiado nas aulas de EF, principalmente daquelas que lecionaram, ao longo de suas carreiras, no magistério primário. Se aqueles consideravam pouco atrativos às crianças, onde predominava a mera repetição de movimentos, totalmente direcionada por um agente externo, a esses creditaram um

<sup>7</sup> Aludimos ao estudo de Begossi (2017), que analisou a construção dos saberes disciplinares do Curso Normal de Educação Física da ESEF, através dos programas de ensino das disciplinas que compunham o referido curso. A autora (2017) apresentou indícios da presença do método alemão nas práticas pedagógicas da instituição.

<sup>8</sup> Para mais informações ver: Cunha e Mazo (2015).

maior sucesso e aceitação entre os alunos, na medida em que melhor satisfaziam as necessidades pueris de liberdade, criatividade e expressão.

## Considerações finais

Neste estudo, embora se identificasse um ambiente militarizado, havia a emergência de um pensamento educacional de ordem civil, influenciado, sobretudo, pelos debates nacionais e internacionais que estavam sendo travados entre as áreas da psicologia e da educação, dos quais a EF não ficou isenta. Conhecido nacionalmente como o Movimento da Escola Nova, as práticas de EF eram previstas nesse cenário como um relevante elemento educativo, reforçado justamente em seus conteúdos voltados aos esportes e aos jogos. A partir desse ecletismo de ideias que existia em meio a um cenário marcado pelo militarismo, a ESEF formou professoras(es) de educação física que foram atuar nas escolas regulares de, praticamente, todas as regiões do Rio Grande do Sul. A ESEF, portanto, tornou-se celeiro de formação de professoras(es) que, a partir de suas formações profissionais, deram início efetivo à construção do campo da EF sul-rio-grandense, via EF escolar.

Por fim, anotamos que a despeito do esforço de abordar a temática sobre a busca de um método para a EF escolar no estado do RS, ficaram por preencher algumas lacunas. Todavia, a busca por indícios sobre os métodos de ensino é uma empreitada um tanto complicada, visto a carência de registros sobre como se dava a prática dos professores nas instituições, para além do que determinava a legislação e os apontamentos dos planos de ensino. Nesse sentido, para uma interpretação mais qualificada das fontes baseada no confronto de distintas informações, reafirmamos a necessidade de ampliar os estudos históricos locais e regionais sobre o tema.

## Conflitos de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

## Referências

- Alberti V. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV; 2004.
- Begossi TD. *A construção dos Saberes Disciplinares do Curso Normal da Escola Superior de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul [dissertação de mestrado]*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física 2017.
- Black A. *Depoimento de Arno Black*. Porto Alegre: CEME-UFRGS; 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/50037>>. Acesso em:2018.
- Black A. *Entrevista concedida a Janice Zarpellon Mazo*. Porto Alegre: Acervo NEHME-UFRGS; 2018.
- Bourdieu P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero; 1983.
- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n. 70 de 30 de junho de 1931. Disponível em: <http://cevs.org.br/biblioteca/compilacao-legislacao-educacao-fisica-desportos/>. Acesso em: 2018.
- Brasil. Decreto n. 21.324 de 27 de abril de 1932. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21324-27-abril-1932-504763-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em:2018.
- Camargo Netto F. *Depoimento de Francisco Camargo Netto*. Porto Alegre: CEME-UFRGS; 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/50055>>. Acesso em:2018.
- Cantarinio Filho MR. *A educação física no Brasil*. In: *Geschichte der Leibesübungen*. Horst Ueberhorst (Hg), Berlin, Verlag Bartels & Wernitz GmbH, 1989.
- Cunha M, Mazo JZ. *Difusão das práticas corporais nas praças públicas da cidade de Porto Alegre (1920-1940)*. *Rev. Educ. Fís/UEM* 2015;26(1):79-87.
- Departamento Estadual de Educação Física. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.
- Goellner SV. *O método francês e a educação física no Brasil: Da caserna à escola [dissertação de mestrado]* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física 1992.
- Lira AP. *Relatório da viagem de estudos ao Uruguai e Argentina*. *Arquivos da ENEFD* 1945;1(1):101-27.
- Lyra VB, Mazo JZ. *A Escola Superior de Educação Física e o campo da formação de professores do estado sul-rio-grandense: as origens da formação especializada (1869-1929)*. *Movimento* 2010;16(esp.):37-60.
- Lyra VB. *A Criação da Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul: Formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970) [tese de doutorado]*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física 2013.
- Marinho IP. *História geral da educação física*. São Paulo: Cia Brasil Editora; 1956.
- Martini S, Mazo JZ, Lyra VB, Silva A. *A fundação da Associação dos Profissionais de Educação Física do Rio Grande do Sul - APEF/RS: recortes do cotidiano*. Novo Hamburgo: Feevale; 2010.
- Mazo JZ. *Memórias da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS): um estudo do período de sua fundação até a federalização (1940-1969)*. *Revista Movimento* 2005;11(1):143-67.
- Pimentel A. *O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica*. *Cadernos de Pesquisa* 2001(114): 179-95.
- Pimentel F. *Aspectos Gerais de Porto Alegre, I*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial de Porto Alegre; 1945.
- Ramos JJ, Areias AL, Rocha S. *Método alemão*. Porto Alegre: Livraria do Globo; 1942.
- Ramos JJ. *A flexibilidade e a impulsão na moderna ginástica alemã*. *Revista de Educação Física do Exército*, Rio de Janeiro, 1933.
- Ramos MM. *Escotismo e educação física*. *Revista do Globo*, Porto Alegre, v. 9, n. 219, p. 70, 22 dez. 1937.
- Regulamento n. 7 de Educação Física. Escola de Educação Física do Exército. São Paulo: Gabinete Fotocartográfico do Estado Maior do Exército, 1934.
- Tagliari A. *Entrevista concedida a Vanessa Lyra*. 19 out; 2010.
- Tesche L. *A prática do Turnen entre imigrantes alemães e seus descendentes no RS: 1867-1942*. Ijuí: Unijuí; 1996.
- Tesche L. *A afirmação de uma identidade*. *Visão Global* 2008;11(2):239-54.
- Werle FOC. *História das instituições escolares: de que se fala? In: Lombardi JC, Nascimento MIM. (Org.). Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados; 2004.